

## AJUSTE DO REAL

# Mercado desvincula País da crise asiática, diz Malan

Roberto Castro/AE

*Para ministro, América Latina poderá se desconectar do drama asiático por dois anos*

PEDRO LUIZ RODRIGUES

**B**RASÍLIA — O ministro da Fazenda, Pedro Malan, disse ter retornado de Santiago, onde participou da Segunda Reunião de Ministros da Fazenda do Hemisfério Ocidental, convencido de que a comunidade financeira internacional, apesar das incertezas ainda existentes, já começa a diferenciar a situação da economia brasileira — e das economias latino-americanas, de modo geral — daquela das economias asiáticas.

Para o ministro, embora nada se possa assegurar de imediato, existe a expectativa de que "talvez seja possível desconectar a América Latina do drama que vivem vários países asiáticos por um ou dois anos".

No caso particular do Brasil, Malan atribuiu relevância às declarações públicas feitas pelo secretário do Tesouro norte-americano, Robert Rubin, e pelo presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Henrique Iglésias, sobre a rapidez e a eficiência da resposta do governo brasileiro à situação de instabilidade.

De acordo com o ministro, repercutiu favoravelmente nos governos e centros financeiros internacionais, o fato de "não termos ficado paralisados, buscando nós mesmos soluções para nossos problemas".

Para o ministro, o Brasil e

os países latino-americanos, de modo geral, aproveitaram as lições da crise de 1995, cujos efeitos foram bastante duros sobre as economias do México e da Argentina.

No nosso caso, salientou Malan, a crise de 1995 produziu efeitos menores, mas tornou claro que era indispensável acelerar o processo de ajuste na área financeira. "A América Latina já vem há alguns anos nesse processo de reformas que, embora ainda não concluído, está mais avançando do que aquele que, a um custo muito elevado, os países asiáticos vão ter que fazer", disse o ministro.

Segundo Malan, a crise "levou a uma parada para o mundo avaliar o que estava acontecendo".

Como resultado disso tudo, assinalou o ministro, alterou-se a avaliação, bastante razoável há até alguns meses, de que os países em desenvolvimento poderiam conti-

nuar contando com vastos influxos de poupança externa. No caso brasileiro, o ministro disse que as estimativas de se poder contar com a poupança externa, para o financiamento do déficit em conta corrente, tiveram de ser revistas, para baixo.

Em seu entender, a nova situação vai de encontro com o que o governo preconizava: "Há tempos dizíamos que o nosso desafio era aumentar a poupança doméstica, por sabermos impraticável contar com influxos crescentes de poupança externa, ou seja de déficit crescente no balanço em conta corrente", salientou.

Recordou o ministro que para o Brasil, a chave da



Ministro Pedro Malan: os países latino-americanos aproveitaram as lições da crise de 1995

questão, nas novas circunstâncias, é a ampliação da poupança doméstica, em suas vertentes privada e pública. Disse, ainda, que a poupança privada no Brasil vem aumentando, e vai continuar aumentando gradualmente, por conta da própria estabilidade que, ao alargar o horizonte de tempo em que decisões de poupança e investimento são tomadas, contribui para isso, como também contribui o ingresso de companhias seguradoras e os novos produtos financeiros que o próprio mercado está ofere-

cendo".

O ministro disse que, no Brasil, o problema é a poupança negativa do setor público, "uma despoupança", que é refletida pelo déficit consolidado. "Nossa taxa de investimento é da ordem de 20% e a nossa poupança doméstica, da ordem de 16%, de modo que pouco mais de 4% vinha sendo financiado por

poupança externa, que é o déficit em conta corrente", disse o ministro, para quem se a sociedade quisesse continuar a investir 20% do PIB, vai ter que fazê-lo elevando em pe-

lo menos 2,6% a taxa de poupança interna. Esse é o objetivo das medidas recentemente adotadas pelo governo, concluiu.

Na sua opinião, o aumento de tributação dos fundos de renda fixa não deverá desestimular a poupança, porque a alíquota efetiva real que sobre ela se aplicava vinha declinando desde 1995.

Esse declínio, explicou o ministro, deveu-se ao fato de que a alíquota anterior foi pensada para uma situação de inflação muito mais alta do que a que se materializou, de modo que a nova alíquota sequer recuperará integralmente a carga impositiva que existia em 1995, mas apenas compensará parcialmente o declínio havido.

**T** RIBUTAÇÃO  
NÃO VAI  
DESESTIMULAR  
POUPANÇA